



A MEDIAÇÃO ESCOLAR NO AUTISMO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Beatriz Oliveira de Aguiar ¹
Ana Edilza Aquino de Sousa ²
Professora Orientadora Waleska Patricia de Lima Santos ³

INTRODUÇÃO

O presente resumo trata do trabalho realizado com uma criança com o Transtorno do Espectro Autista (TEA) na rede regular de ensino. Conforme a Associação de Psiquiatria Americana, este transtorno do neurodesenvolvimento é uma condição complexa em que ocorrem déficit nas funções neurológicas ligadas a comunicação e interação social, podendo estar relacionados à fatores genéticos, epigenéticos e ambientais. O objetivo geral deste estudo é analisar o papel do professor e a sua busca autônoma pelo conhecimento a fim de mediar o processo inclusivo de uma criança com TEA na sala de aula comum.

Justifica-se esse estudo através da percepção do inacabamento do conhecimento, do ser humano e, deste modo, do professor. Em minha experiência com o curso de graduação em Pedagogia e ao conversar com graduandos e graduados desta e de outras licenciaturas, foi possível constatar: a classe docente não está preparada para uma experiência atípica, considerando apenas os saberes construídos dentro da grade curricular de sua graduação. Isso não significa dizer que de nada valem os conhecimentos que construímos no ambiente acadêmico, mas há a necessidade constante da busca pelo saber, para que se possa ampliar o campo de visão na área de conhecimento.

Em minha experiência em sala de aula ao lado de uma professora que compreendeu seu inacabamento foi possível aprender os caminhos para ser uma professora que contempla – apesar de, mas sem desconsiderar – as especificidades de seus alunos e estuda para que haja uma construção de conhecimento efetiva.

¹ Graduando do Curso de Pedagogia do Centro Universitário Facex - UNIFACEX, aguiarbeatrizoa@gmail.com;

² Doutora em Linguística pela Universidade Federal do Ceará e membro do Grupo pelo Curso grupo de estudos e pesquisas em linguísticas aplicada (GEPLA _ UFC), ana.edilza@unifacex.edu.br;

³ Professor orientador: mestre - Centro Universitário Unifacex, waleskalima@unifacex.edu.br;



Metodologicamente, a pesquisa se caracteriza como sendo participante e se delinea através de um relato de experiência. Ancoramo-nos, para refletir sobre o estágio em uma sala de aula com aluno que apresenta o TEA, nas orientações veiculadas pela Associação de Psiquiatria Americana. As reflexões em torno deste tema mostram-nos que é imprescindível à prática pedagógica na educação infantil a constante busca por uma formação docente que contemple a diversidade das capacidades de aprendizagem dos alunos. Nesta perspectiva, é perceptível a necessidade de alunos e professores engajados no desenvolvimento de uma criança no espectro do autismo, pois esta ação mostra-se impactante a uma sociedade culturalmente excludente e adepta da ideia do capacitismo.

METODOLOGIA

A experiência aconteceu em um estágio não obrigatório, em uma escola regular de ensino situada em Natal, Rio Grande do Norte. Durante este período, foram realizadas observações de uma criança de 7 anos diagnosticada com o TEA. Ela se encontrava no nível 2 e tinha, especialmente, a fala comprometida. Estava matriculada na sala de aula regular do 1º ano do ensino fundamental. Este contexto propiciou a observação das especificidades, interesses, dificuldades e potenciais da criança, bem como a postura e intervenções realizados pela professora titular, graduada em Pedagogia, pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN.

O trabalho desenvolvido, como professora em formação, possibilitou auxiliar e mediar o processo de aprendizagem da criança no espectro do autismo. Junto a professora, com o apoio de livros e artigos lidos ao longo do processo, dos conhecimentos da docente titular da turma e da fonoaudióloga do aluno, realizamos atividades lúdicas utilizando os hiper focos da criança para o processo de alfabetização, para o desenvolvimento da fala e do desenho bem como do processo de desfralde e inclusão efetiva da criança na rotina escolar como um todo. Tem em vista o exposto, nossa pesquisa se caracteriza como participante, pois o investigador atua diretamente na observação do objeto pesquisado.

Para viabilizar o processo de alfabetização foram utilizados instrumentos, tais como: atividades sensoriais para compreensão do desenho de letras, dos números e de outros símbolos. Para a desenvoltura da aquisição da fala, utilizamos instrumentos como *PCS (Picture Communication Symbols)*.



Este processo de observação e intervenção no cenário pesquisado possibilitou-nos o relato acerca dos instrumentos metodológicos utilizados bem como os passos que nos permitiram analisar a aplicação destes e os desdobramentos que eles representaram ao desenvolvimento da criança com TEA. Vale destacar que a pesquisa foi submetida ao comitê de ética da Plataforma Brasil, bem como passou pelo consentimento da escola e dos pais da criança observada.

REFERENCIAL TEÓRICO

O diagnóstico do TEA, um transtorno do neurodesenvolvimento, é realizado a partir da constatação do déficit persistente na comunicação e na interação social de modo que a pessoa com o autismo terá dificuldade para iniciar e dar continuidade à um diálogo da maneira convencional, compartilhamento reduzido de sentimentos, interesses, afetos e emoções, dificuldade para compreender e utilizar as linguagens verbal e não verbal (gestos e expressões faciais e corporais), para estabelecer contato visual, partilhar brincadeiras do seu imaginário, fazer amizades, se adequar à contextos ou ambientes diferentes e na compreensão acerca dos relacionamentos (ASSOCIAÇÃO DE PSIQUIATRIA AMERICANA, 2014) .

Segundo o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V), quanto ao nível de comprometimento que o Transtorno tem, classifica-se em três níveis: nível 1, em que a pessoa, muitas vezes, não possui sua fala e cognição comprometidas, facilitando a construção de uma vida mais autônoma. Possui dificuldades para comunicação e interação sociais, tendências à ritualização, inflexibilidade para mudanças de rotina ou hábitos e rigidez de comportamento; nível 2, em que os deficits do nível 1 ficam mais acentuados; o nível 3 do espectro remete à todos os déficits citados nos níveis anteriores com intensidade ainda maior, de modo que a pessoa necessitará de uma assistência especializada, intervenções e mediações mais complexas para que ela possa aprender estratégias de comportamentos e a utilização destas no cotidiano como um todo.

Além disso, é preciso ter a compreensão de que as pessoas no espectro são, antes de tudo, pessoas. Essa singularidade deve ser olhada com atenção e sensibilidade para que seja possível mediar o processo de ensino-aprendizagem da pessoa com TEA.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

No início do estudo, a criança estava na fase das garaturjas desordenadas segundo uma análise Piagetiana, riscando desordenadamente, sem preocupação com a escolha das cores, demonstrando prazer com a experiência sensorio motora. Possuía um vocabulário limitado, falando palavras como “bola” e “bolo”, apresentava resistência para participar em momentos coletivos ou individuais da rotina escolar, como por exemplo a roda, bem como inflexibilidade para seguir a rotina de atividade e outras demandas, escrevendo apenas através de pareamento, com excessão de seu primeiro nome. Além disso, o aluno não conseguia realizar suas necessidades fisiológicas no banheiro ainda que com mediação.

Durante a experiência foram realizadas, oficinas, em que mediamos a realização das atividades regulares bem como das atividades cotidianas, ensinando cuidados pessoais (higienização e manipulação de alimentos). As atividades foram adaptadas de acordo com as necessidades da criança (uso do hiper foco, recursos visuais, cores e formas atrativas, objetos do cotidiano do aluno).

Esta experiência deixou marcadas várias questões e aprendizados pertinentes à vida docente, que não são acabados, mas que funcionam como base para uma educação inclusiva, para além da inserção de um aluno com necessidades específicas em sala regular de ensino. A comunidade docente possui grandes responsabilidades e é inegável que muitos professores possuem demandas incompatíveis com sua disponibilidade e tempo. Contudo, a existência destas questões não anula a existência de alunos que precisam que seus professores os contemplem com suas especificidades.

A necessidade que exponho neste estudo é a de não se conformar com uma ideia de prontidão. Apesar de questões que venha a ser colocadas, é toda a pessoa o direito à uma escola, à um professor que trabalhe para o seu desenvolvimento e que não se conforme em apenas vê-la sentada na sala de aula regular de ensino. É de toda a pessoa o direito à educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esta experiência concluo que uma educação voltada à pessoa com TEA pode



ser desafiadora e complexa, mas igualmente possível e gratificante. Durante o estudo, percebi a necessidade de buscar conhecimento continuamente e de estar disposta a tentar algo novo sempre, visto que não existe uma “receita pronta” para promover o aprendizado. Mas o que descobri de mais grandioso foi a alegria contida nos pequenos avanços. A Declaração Universal dos Direitos Humanos (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS-ONU (1948), art. 26º, afirma que é de toda a pessoa o direito à educação. Sendo assim, é perceptível a necessidade de alunos e professores engajados no desenvolvimento de uma criança no espectro do autismo, pois esta ação mostra-se impactante a uma sociedade caracterizada como excludente e adepta da ideia do capacitismo. Neste sentido, Freire (2016) mostra-nos que a prática pedagógica deve pautar-se em reflexão, pesquisa, rejeição à discriminação, compreensão do inacabamento, exigindo, para tanto, alegria. É tendo em vista isso que, como docentes, devemos promover a educação em uma perspectiva inclusiva e não meramente integradora.

Palavras-chave: TEA, autismo, inclusão, autonomia, experiência.



REFERÊNCIAS

ASSOCIATION, American Psychiatric. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5. Tradução: Maria Inês Corrêa Nascimento et al. revisão técnica Aristides Volpato Cordioli et al. 5ª edição. Porto Alegre: Artmed, 2014.

Assembleia Geral da ONU. “Declaração Universal dos Direitos Humanos”. “Nações Unidas”. 217 (III) A, 1948, Paris, art. 26, disponível em <https://www.un.org/en/universal-declaration-human-rights/>. Acesso em 29 de março 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

CUNHA, Eugênio. Autismo e inclusão: psicopedagógico práticas educativas na escola e na família. 8ª ed. Rio de Janeiro: Wak Ed, 2019.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários, à prática educativa. 54ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

GAIATO, Mayara. S.O.S Autismo: guia completo para entender o Transtorno do Espectro Autista. 2ª ed. São Paulo: nVersos, 2018.

GAIATO, Mayara e TEIXEIRA, Gustavo. Reizinho Autista: Guia para lidar com comportamentos difíceis. 2ª ed. São Paulo: nVersos, 2018.

ZANOLLA, T. A.; FOCK, R. A.; PERRONE, E; GARCIA, A. C.; PEREZ, A. B. A.; BRUNONI, D. Causas Genéticas, Epigenéticas e Ambientais do Transtorno do Espectro Autista. Programa de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento, São Paulo, 2015. [https://www.mackenzie.br/fileadmin/ARQUIVOS/Public/6-pos-graduacao/upm-higienopolis/mestrado-doutorado/disturbios_desenvolvimento/2015/cadernos/2/CAUSAS_GENE_TICAS_E_PIGENE_TICAS_E_AMBIENTAIS_DO_TRANSTORNO_DO_ESPECTRO_AUTISTA_.pdf]